

NOTÍCIAS ZECA DIRCEU

Paraná registra queda de 36% na mortalidade materna

28/05/2012

Para melhorar o atendimento à gestante e reduzir ainda mais o número de óbitos maternos, o Ministério da Saúde vai intensificar ações da Rede Cegonha no estado.

O Paraná registrou a redução de 36% no número de casos de mortalidade materna em 2011. De janeiro a setembro de 2011, o estado contabilizou 49 óbitos de mulheres decorrentes de complicações na gravidez e no parto, 28 casos a menos em relação ao mesmo período do ano anterior. Paraná acompanha a tendência de queda detectada no Brasil em 2011, primeiro ano de funcionamento do programa Rede Cegonha, do Ministério da Saúde.

No Brasil, entre janeiro e setembro do ano passado, foram registrados 1.038 óbitos maternos, o que representa redução de 21% em comparação ao mesmo período de 2010, quando 1.317 mulheres morreram por estas causas.

Lançada em março do ano passado, a Rede Cegonha já destinou R\$ 2,5 bilhões para qualificar a assistência à mulher e ao bebê. O estado do Paraná está em processo de elaboração do plano de ação da Rede Cegonha. No entanto, um município já recebeu recurso para qualificar o atendimento pré-natal e para realizar teste rápido de gravidez nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Também está prevista a publicação de recursos para mais 103 municípios paranaenses.

“O desafio existe. Nosso esforço é para impedir mortes maternas evitáveis, em parceria entre o governo federal, os estados e os municípios. A Rede Cegonha é uma importante aliada da mulher, pois oferece cuidados integrais à saúde da mulher e da criança”, destacou o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, durante a apresentação dos dados em videoconferência do Ministério da Saúde com as Secretarias Estaduais de saúde.

O encontro, que ocorrerá periodicamente, permitirá melhor acompanhamento das avaliações do óbito materno e compartilhamento das ações de enfrentamento.

ESTRATÉGIA– A Rede Cegonha busca assegurar a expansão e qualificação de maternidades; leitos; Centros de Parto Normal; Casas da Gestante, do Bebê e Puérpera; o direito ao

acompanhante no parto; exames de pré-natal; planejamento familiar, acompanhamento das crianças até os dois anos de idade, entre outras ações. Todos os estados e o Distrito Federal já aderiram à Rede Cegonha.

Outra novidade é a distribuição – para todas as Unidades Básicas de Saúde (UBS) que realizam o pré-natal – do sonar, equipamento para auscultar ouvir e monitorar o coração do bebê ainda na barriga da mãe e verificar as condições físicas dele.

A Rede Cegonha também auxilia as gestantes no deslocamento para as consultas de pré-natal. Até o momento, 1.291 gestantes estão cadastradas em 59 municípios de 11 estados para receberem o auxílio de até R\$ 50,00.

SERVIÇO – O Ministério da Saúde também quer conhecer cada mulher que teve seu filho no SUS e saber como foi o atendimento recebido durante toda gestação, parto e pós-parto. A Ouvidoria Geral do Ministério da Saúde está ligando para essas mães avaliarem os serviços prestados. Já existem mais de 75 mil mulheres cadastradas.

SÉRIE HISTÓRICA – A redução de 21% na mortalidade no Brasil em 2011 é um marco histórico, que aprofunda vigorosamente a tendência registrada nos últimos anos – de 1990 a 2010, o indicador caiu à metade: de 141 para 68 óbitos para cada 100 mil nascidos vivos. No período, houve diminuição em todas as causas diretas de mortalidade materna: hipertensão arterial (66,1%); hemorragia (69,2%); infecções pós-parto (60,3%); aborto (81,9%); e doenças do aparelho circulatório complicadas pela gravidez, parto ou pós-parto (42,7%).

Relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS), do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), Fundo de População das Nações Unidas e o Banco Mundial Organização das Nações Unidas (ONU), publicado neste mês de maio, também registrou a queda de 51% do número de óbitos maternos neste período no Brasil.

Em 2008, o Ministério da Saúde assumiu o gerenciamento das investigações das mortes de mulheres em idade fértil – entre 10 e 49 anos. Todos os casos são analisados por equipes de vigilância dos estados e dos municípios, e as informações repassadas ao órgão federal. A intenção é avaliar as causas e circunstâncias da morte e verificar se os casos foram gerados por complicações gestacionais.

Para melhorar o acesso, a cobertura e a qualidade da atenção à saúde materna, principalmente às gestantes de risco, a notificação está sendo aperfeiçoada com o novo Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante e Puérpera para Prevenção da Mortalidade Materna. Também está prevista a criação de comissões responsáveis por manter atualizadas as informações cadastrais de todas as gestantes atendidas pela referida unidade de saúde.

Fonte: Portal da Saúde